



República Federativa do Brasil - Estado do Ceará

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS

Projeto de Lei nº 09/00 de 24/11/00.

Altera dispositivos da Lei Nº 419/97 e dá outras providências.

Disposições Gerais

Art. 1º - Esta Lei compatibiliza a legislação tributária do Município de Nova Russas, aos elementos do Cadastro Técnico Multifinalitário, e ajustando-se à Constituição Federal, as Leis Complementares e as Medidas Provisórias vigentes, em matéria tributária, na forma que indica.

Art. 2º - O Art. 7º da Lei Nº 419/97, passa a vigorar com a seguinte redação:
“Art. 7º - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.”

Art. 3º - Modifica os §1º, §2º e acrescenta o §3º ao Art. 7º, dá nova redação ao art. 9º do Código, acrescenta parágrafo único, incisos I, II, e III, ao Código:

§1º - “Para a apuração da base de cálculo do imposto, serão considerado os elementos constantes do Cadastro Técnico Multifinalitário, como, fórmula para cálculo do imposto, pesos, classificações, na forma da Tabela I desta Lei”.

§2º - “A base de cálculo de que trata o parágrafo precedente, deverão ser considerados os seguintes critérios, tomados em conjunto ou isoladamente.

I – Quanto ao terreno:

- a) a área do lote ou fração ideal do terreno, quando se tratar de lote com mais de uma unidade;*
- b) o valor relativo do metro quadrado(m²), pela face de quadra de maior valor, quando se tratar de terreno com mais de uma frente;*
- c) os fatores corretivos e áreas limítrofes do terreno.*

II – Quanto à edificação:

- a) a área total edificada;*
- b) o valor do metro quadrado(m²) da edificação, conforme a classe arquitetônica;*
- c) o somatório dos pontos e outros elementos, concernente a categoria da edificação”.*

§3º - “Incidirá sobre o valor venal do imóvel as seguintes alíquotas:

Prédios: 0,5 % (meio por cento)

Terreno: 1% (hum por cento)”

“Art.9º - Não são contribuintes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana os titulares de domínio útil ou possuidor a qualquer título de terreno que, mesmo localizado na zona urbana, ou área de expansão urbana, seja utilizado comprovadamente na exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, com área superior a 1 (hum) hectare, sendo nestes casos devido o imposto territorial rural – ITR, de competência da União”.

“§1º - Para obtenção do benefício de que trata o caput deste artigo a parte interessada requererá até 31 de março de cada exercício instruindo o requerimento com os seguintes documentos:

- I – atestado emitido por órgão oficial, que comprove sua condição de agricultor, extrativista, pecuarista, agroindustrial ou assemelhados, desenvolvida no imóvel;*
- II – cópia do respectivo certificado de cadastro expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;*
- III – notas fiscais, notas de produtor ou outros documentos fiscais ou contábeis que comprovem a comercialização da produção rural.”*

Seção VI **Da Comissão de Avaliação de Imóveis**

Art. 4º - O Art. 8º da Lei Nº 419/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.8º - O Prefeito Municipal constituirá uma comissão de avaliação de imóveis, composta de 5 (cinco) membros a saber:

- I – 3 (três) representantes da Prefeitura Municipal indicados por Ato do Prefeito Municipal.*
- II – 1 (hum) representante dos contribuintes, mediante indicação das entidades de classe, com representação no Município.*
- III – 1 (hum) representante da Câmara Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara, não podendo a indicação recair sobre os Vereadores.”*

Art. 5º – Acrescenta os seguintes parágrafos ao art. 8º da Lei 419/97:

§1º - “Os indicados para compor referida comissão, preferencialmente, deverão ser profissionais habilitados na área, ou ter conhecimento do mercado imobiliário”.

§2º - “Para cada membro efetivo deve ser indicado um suplente, que na ausência deste, o substituirá”.

§3º - “Após constituída, a Comissão reunir-se-á, para escolher entre seus membros um Presidente e um Secretário”.

§4º - “A Comissão será constituída em caráter provisório”.

§5º - “Incumbe-se a Comissão das seguintes atribuições:

I – acompanhar o levantamento do cadastro técnico, com vistas atualiza-lo a realidade econômica;

II – prestar as informações que forem solicitadas com relação ao assunto;

III – praticar quaisquer outros atos para o fiel cumprimento de suas atribuições”.

§6º - “O resultado dos trabalhos da Comissão, constarão de ata a ser apresentada ao Chefe do Poder Executivo, ou a quem este delegar competência, para fins de homologação dos trabalhos da Comissão.”

Art. 6º – O parágrafo único do art. 27 do Código passará a ter a seguinte redação:

“Parágrafo Único – Anualmente o Chefe do Poder Executivo, estabelecerá por Decreto os valores constantes da planta genérica de valores, relativo ao IPTU, a serem aplicados no exercício seguinte.”

Art. 7º – Será substituído o item 99 da lista de serviços do Art. 42 do Código, com a inclusão do seguinte serviço:

“99 – Exploração de rodovia mediante cobrança dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoramento, assistência aos usuários e outros definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.”

Parágrafo Único – A substituição de que trata o caput deste artigo, dar-se-á em função da exclusão do item 99 da lista de serviços do Art. 42 do Código.

Art. 8º – Acrescenta-se ao art. 42 os seguintes parágrafos:

§1º – “A alíquota máxima de incidência do ISS previsto para o serviço do item 99 é fixada em 5% (cinco por cento)”.

§2º - "O percentual a ser estabelecido nesta Lei para o serviço mencionado no ^{PARÁGRAFO} ~~artigo~~ anterior levará em conta as peculiaridades do Município."

§ 3º - "Na prestação do serviço a que se refere o item 99 desta Lei, o imposto é calculado sobre a parcela da extensão da rodovia explorada, no território do Município, ou da metade da extensão da ponte que una dois Municípios."

§4º - "A base de cálculo apurada nos termos do parágrafo anterior:

I - É reduzida, nos Municípios que não haja posto de cobrança de pedágio, para 60% (sessenta por cento) do seu valor;

II - É acrescida, nos Municípios onde haja posto de cobrança de pedágio, do complemento necessário à sua integridade em relação a rodovia explorada."

§5º - "Para efeitos do disposto nos §3º e §4º, considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos equidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles ou ponto inicial e terminal da rodovia."

Art. 9º - Ao Art. 51 da Lei Nº 419/97, será acrescido o Parágrafo Único:

"Parágrafo Único - No caso do serviço a que se refere o item 99 desta Lei, o local da prestação será o Município em cujo território haja parcela da estrada explorada."

Art. 10 - Acrescenta-se ao Art. 43 do Código Tributário o seguinte Parágrafo Único:

"Parágrafo Único - Será instituído o Cadastro Fiscal de Atividades Econômicas".

Art. 11 - O Art. 44 da Lei 419/97 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art.44 - A obrigação tributária do imposto previsto neste capítulo independerá:

I - do resultado financeiro do exercício da atividade;

II - do cumprimento de qualquer exigência legal ou regulamentar, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

III - do pagamento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício."

Art. 12 - Acrescenta-se o Parágrafo Único ao Art. 50 do Código Tributário:

"Parágrafo Único - Quando o prestador não apresentar as notas fiscais relativas aos materiais fornecidos, o Imposto será calculado sobre o preço total do serviço, deduzindo-se o valor dos materiais empregados, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total da obra e tributando os 60% (sessenta por cento) restantes como receita tributável de serviços."

Art. 13 - A Seção III, do Capítulo IV, Título I, passa a ter a denominação de:

"Seção III - da estimativa e do arbitramento"

Art. 14 – O Art. 54 da Lei 419/97 é acrescentado do Parágrafo Único, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único – Os contribuintes incluídos no regime de cálculo do imposto por estimativa, ficam dispensados da emissão de nota fiscal e de escrituração dos livros fiscais, considerando-se os procedimentos fiscais homologados”.

Art. 15 – O Art. 55 do Código Tributário passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55 – Sem prejuízo das penalidades cabíveis, o preço dos serviços poderá ser arbitrado de conformidade com os índices de preços de atividades assemelhadas, no seguintes casos:

I – o contribuinte não possuir livros fiscais de utilização obrigatória ou estes não se encontrarem com sua escrituração atualizada;

II – Quando o contribuinte não exibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do respectivo montante, inclusive nos casos de inexistência, perda ou extravio dos livros ou documentos fiscais;

III – o contribuinte, depois de intimado deixar de exibir os livros fiscais de utilização obrigatória;

IV – quando houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais não reflitam o preço dos serviços, ou quando o declarado for notoriamente inferior ao corrente na praça;

V – quando o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Municipal do Imposto.”

Art. 16 – A alínea “c” do art.61, passa a ter a seguinte denominação:

c) taxa de coleta de lixo

Art. 17 - O Art. 71 passa a ter a denominação de taxa de coleta de lixo, com a seguinte redação:

“Art. 71 – a taxa de coleta de lixo, tem como fato gerador a utilização efetiva dos serviços municipais de coleta, transporte e destinação do lixo prestado ao contribuinte ou postos a sua disposição.

I – Considera-se lixo para os efeitos deste artigo o proveniente da unidade imobiliária autônoma, constituída por lotes ou terrenos vagos ou com edificações assim entendido: casa, apartamento, sala, estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, escolas, hospitais, entidades sociais e congêneres e instalações autônomas de qualquer gênero.

II – Os serviços de que trata o inciso precedente, será explorado diretamente pela Prefeitura ou mediante permissão ou concessão.”

Art. 18 – Dá nova redação aos §§ 1º e 2º e acrescenta o § 3º ao art.71 da Lei nº 419/97.

“§ 1º - O contribuinte desta Taxa é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título de bem imóvel situado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos neste artigo.”

“§ 2º - A base de cálculo da taxa é o custo dos serviços, calculado de acordo com a Tabela VI da Lei nº 419/97, que será reformulada para ajustar-se a descrição do art. 71, e seus incisos.”

“§ 3º - O lixo proveniente da remoção de entulho, poda de árvores, e o excedente de indústria, comércio, hospitais e assemelhados, poderá ser cobrados através de preço público.”

Art. 19 - Acrescenta-se o Parágrafo Único ao art. 72 da Lei 419/97:

“Parágrafo Único - O contribuinte desta Taxa é o usuário dos serviços da empresa fornecedora de energia elétrica no Município.”

Art. 20 - Altera a denominação da Seção III, da nova redação aos arts. 68 e 69 e revoga seu parágrafo único constante do Código Tributário

“Seção III - Da taxa de expediente”

“Art.68 - Esta taxa tem como fator gerador, a expedição de certidões, requerimento, lavratura de termos, numeração de prédios, registro de lotes de terreno e de marcas de animais e outros assemelhado, na forma do anexo V do Código.

“Art.69 - É contribuinte desta taxa o usuário do serviço, do terreno, na forma do artigo precedente.

Art. 21 - Da nova nomenclatura a seção VII, e nova redação ao Art.76 da Lei nº 419/97 e acrescenta os parágrafos 1º e 2º e 3º

“Seção VII - Alvará de licença para fins diversos.

Art.76 - Esta taxa tem como fato gerador o licenciamento para construção de obras relativa ao item 31 da lista de serviços, vistoria de prédios para avaliação e habite-se, publicidade de um geral, instalações de circos e parque de diversões, abate de animais e outros assemelhados.

§ 1º - É contribuinte desta taxa o proprietário do imóvel, do semovente, do veículo, na forma descrita no caput deste artigo.

§ 2º - Não será concedido habite-se a edificação nova, nem aceite para obras em andamento, reconstruída ou reformada antes da inscrição ou atualização do prédio no cadastro fiscal imobiliário.

Art. 22 - Revoga o parágrafo 1º do art.70 da Lei nº 419/97, e passando o parágrafo 2º a ser o parágrafo único do Código:

§ Único – As certidões de que trata o item 01 da tabela V, quando solicitadas para o esclarecimento de situações de interesse pessoal do cidadão, ficam isentos do pagamento da taxa.

Art. 23 – Acrescenta-se o Parágrafo Único ao art. 213 da Lei 419/97

“Parágrafo Único – Os valores em Real presentes nas Tabelas que se referem aos Impostos serão reajustados de acordo com a variação da UFIR.”

Disposições Finais

Art. 24 – A tabela I constante da Lei nº 419/97, será substituída com idêntica numeração, com a inclusão dos elementos constantes nesta Lei de compatibilização.

Art.25 – Altera a tabela III para ajustar-se a descrição do art.62 da Lei 419/97.

Art.26 – Substitui a tabela VI para ajustar-se a descrição do art.71 desta Lei.

Art. 27 – Serão obedecidas as renumerações na ordem crescente dos artigos, objeto das modificações introduzidas nesta Lei, observando, quando for o caso a remissão de artigos, assim como os capítulos e seções da Lei nº 419/97.

Art. 28 – Dá nova redação ao artigo 214 e acrescentar parágrafo único.

“Art. 214 - O Chefe do Executivo Municipal, mediante Decreto, instituirá preços públicos, não subordinados à disciplina jurídica dos tributos, onde não couber cobrança de taxa.

Parágrafo único – O preço público a que se refere o caput deste artigo, terá como base a unidade fiscal de referência – UFIR e incidirá sobre:

- a) preço de transporte intramunicipal como: taxi, moto-taxi transporte alternativo e congêneres;*
- b) serviços de inspeção sanitária;*
- c) matadouros;*
- d) cemitérios;*
- e) remoção especial de lixo industrial, comercial, hospitalar, poda de árvores, entulhos e congêneres;*
- f) utilização de unidades imobiliárias do Município.”*
- g) Ocupação de áreas em logradouros públicos.*
- h) Apreensão e guarda de animais*

Art. 29 – Esta Lei será regulamentada no que couber, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 30 – Esta Lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 2001, mantidas as disposições da Lei Nº 419/97 que não houverem sido revogadas, modificadas ou substituídas pelos dispositivos contidos nesta Lei.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS, __ DE ____
DE 2000.**

**Maria Iranede Veras Rosa
PREFEITA MUNICIPAL**

TABELA I
TABELA PARA COBRANÇA DO IMPOSTO
PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU
(FÓRMULA)

FORMULAS PARA CALCULO DO VALOR VENAL DO IMÓVEL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
01	<p>Fórmula para cálculo do valor venal do imóvel</p> <p>$VVI = VVT + VVE$, onde:</p> <p>VVI = valor venal do imóvel</p> <p>VVT= valor venal do terreno</p> <p>VVE= valor venal da edificação</p>
02	<p>Fórmula para cálculo do valor venal do terreno</p> <p>$VVT = AT \times VM^2T \times FCL$, onde:</p> <p>VVT = valor venal do terreno</p> <p>AT = área do terreno</p> <p>VM^2T= valor metro quadrado do Terreno, por face de quadra</p> <p>FCL= fator corretivo do lote, onde:</p> <p>$FCL = \Sigma FCL \text{ Específico} / \text{Quantidade de itens}$</p>
03	<p>Fórmula para cálculo do valor venal da edificação</p> <p>$VVE = AE \times VM^2E \times FCE$, onde:</p> <p>VVE = valor venal da edificação</p> <p>AE = área de edificação</p> <p>VM^2E = valor do metro quadrado de edificação</p> <p>FCE= fator corretivo da edificação, onde:</p> <p>$FCE = \Sigma FCE \text{ Específico} / \text{Quantidade de itens}$</p>
04	<p>$IPTU = [VVT + VVE] \times ALÍQUOTA$</p>

ANEXO I
(da Tabela I)

FATORES CORRETIVOS DO TERRENO		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PESO
1.Adequação para Ocupação	1 – FIRME	2,0
	2 – INUNDÁVEL	0,2
	3 – ALAGADO	0,1
	4 – ENCOSTA	0,5
	5 – MANGUE	0,1
	6 – ROCHOSO	1,2
	7 – DUNAS	1,0
	8 – SUJEITO A MARÉ	0,2
	9 – OUTROS	1,0
2.Situação	1 – NORMAL	1,0
	2 – ESQUINA	1,5
	3 – VILA	0,8
	4 – ENCRAVADO	0,1
	5 – QUADRA	2,0
	6 – GLEBA	0,5
	7 – CANTEIRO CENTRAL	0,5
	8 – FUNDOS	0,7
3.Topografia do Lote	1 – PLANO	2,0
	2 – ACLIVE	1,5
	3 – DECLIVE	1,0
	4 – IRREGULAR	1,0
4.Benfeitoria	1 – SEM	0,2
	2 – MURO	1,6
	3 – PASSEIO	0,4
	4 – MURO/PASSEIO	2,0
	5 – CERCADO	0,8

5.Passeio para Pedestre	1 – SEM MEIO FIO	0,2
	2 – COM MEIO FIO	0,6
	4 - SEM PAVIMENTAÇÃO	0,3
	5 – SEM PAVIMENTAÇÃO/SEM MEIO FIO	0,5
	6 – SEM PAVIMENTAÇÃO/COM MEIO FIO	0,9
	8 – COM PAVIMENTAÇÃO	1,4
	9 – COM PAVIMENTAÇÃO/SEM MEIO FIO	1,6
	10 – COM PAVIMENTAÇÃO/COM MEIO FIO	2,0
6.Pavimentação	1 – SEM	0,5
	2 – ASFALTO	2,0
	3 – PARALELEPÍDEDO	1,5
	4 – PEDRA TOSCA	1,0
	5 – PREMOLDADO	1,8
	6 – PIÇARRA	0,8
7.Iluminação Pública	1 – SEM	0,5
	2 – INCANDESCENTE	1,0
	3 – VAPOR DE MERCÚRIO	1,0
	4 – VAPOR DE SÓDIO	1,0
8.Redes Elétrica	1 – SIM	1,0
	2 – NÃO	0,5
9.Redes de Água	1 – SIM	1,0
	2 – NÃO	0,5
10.Redes Sanitária	1 – SIM	1,0
	2 – NÃO	0,5
11.Redes Telefônica	1 – SIM	1,0
	2 – NÃO	0,5
12.Guia e Sargeta	1 – SIM	1,0
	2 – NÃO	0,5
13.Coleta de Lixo	1 – SIM	1,0
	2 – NÃO	0,5
14.Galeria Pluvial	1 – SIM	1,0
	2 – NÃO	0,5

FATORES CORRETIVOS DA EDIFICAÇÃO		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PESO
1.Tipo da Edificação	1 – RESID. HORIZONTAL	1,00
	2 – RESID. HOR. C/COMÉRCIO	1,10
	3 – RESID. VERTICAL	1,15
	4 – RESID. VERT. C/COMÉRCIO	1,25
	5 – COMÉRCIO HORIZONTAL	1,20
	6 – COMÉRCIO VERTICAL	1,30
	7 – INDUSTRIAL	1,40
	8 – ESCOLA	1,40
	9 – HOSPITAL	1,50
	10 – RELIGIOSO	1,00
	11 – OUTROS	1,00
2.Situação	1 – RECUADA	1,50
	2 – ALINHADA	1,10
	3 – AVANÇADA	0,50
	4 – FUNDOS	0,90
3.Tipo	1 – ISOLADA	1,50
	2 – CONJ. 1 LADO	1,30
	3 – CONJ. 2 LADOS	0,90
4.Atributos Especiais	1 – SEM	0,00
	2 – JARDIM	0,10
	3 – PISCINA	0,50
	4 – JARDIM/PISCINA	0,60
	5 – QUADRA	0,20
	6 – JARDIM/QUADRA	0,30
	7 – PISCINA/QUADRA	0,70
	8 – JARDIM/PISCINA/QUADRA	0,80
	9 – SAUNA	0,30
	10 – JARDIM/SAUNA	0,40
	11 – PISCINA/SAUNA	0,80
	12 – JARDIM/PISCINA/SAUNA	0,90
	13 – QUADRA/SAUNA	0,50
	14 – JARDIM/QUADRA/SAUNA	0,60
	15 – PISCINA/QUADRA/SAUNA	1,00
	16 – JARDIM/PISCINA/QUADRA/SAUNA	1,10
	17 – ELEVADOR	0,90
	18 – JARDIM/ELEVADOR	1,00
	19 – PISCINA/ELEVADOR	1,40
	20 – JARDIM/PISCINA/ELEVADOR	1,50

	21-QUADRA/ELEVADOR	1,10
	22- JARDIM/QUADRA/ELEVADOR	1,20
	23- PISCINA/QUADRA/ELEVADOR	1,60
	24- JARDIM/PISCINA/QUADRA/ELEVADOR	1,70
	25-SAUNA/ELEVADOR	1,10
	26-JARDIM/SAUNA/ELEVADOR	1,30
	27-PISCINA/SAUNA/ELEVADOR	1,70
	28- JARDIM/PISCINA/SAUNA/ELEVADOR	1,80
	29-QUADRA/SAUNA/ELEVADOR	1,40
	30- JARDIM/QUADRA/ELEVADOR	1,50
	31- PISCINA/QUADRA/SAUNA/ELEVADOR	1,90
	32- JARDIM/PISCINA/QUADRA/SAUNA/ELEVADOR	2,00
5.Acabamento Externo	1 – SEM	0,20
	2 – CAIAÇÃO	0,50
	3 – PINTURA LÁTEX	1,00
	4 – PINTURA A ÓLEO	1,20
	5 – AZULEJO/CERÂMICA	1,30
	6- CONCRETO APARENTE	1,40
	7- REVESTIMENTO LUXO	1,50
	8- REVESTIMENTO ESPECIAL	2,00
6.Sanitário	1- SEM	0,20
	2- FOSSA/SUMIDOURO	0,50
	3- REDE DE ESGOTO	1,20
	4- ESTAÇÃO DE TRATAMENTO	1,20
7.Abacimento D'água	1- SEM	0,10
	2- POÇO	0,60
	3- REDE	1,00
	4- POÇO/REDE	1,60
	5- CHAFARIZ	0,30
8.Reservatório D'água	1- SEM	0,10
	2- ELEVADO	1,00
	3- ENTERRADO	0,50
	4- ELEVADO/ENTERRADO	1,50
9.Estrutura	1- CONCRETO	1,80
	2- ALVENARIA	1,00
	3- MADEIRA	0,80
	4- METÁLICA	1,00
	5- TAIPA	0,10
	6- OUTROS	1,00

10.Cobertura	1- PALHA	0,10
	2- CERÂMICA	1,00
	3- AMIANTO	1,10
	4- LAJE	1,10
	5- METÁLICA	1,00
	6- ESPECIAL	2,00
	7- FIBRA DE VIDRO	1,50
11.Classificação Arquitetônica	1- BARRACO	0,10
	2- CASA	1,00
	3- APARTAMENTO FRENTE	1,50
	4- APARTAMENTO LATERAL	1,50
	5- APARTAMENTO FUNDOS	1,50
	6- APARTAMENTO COBERTURA	2,00
	7 – SALA	0,80
	8- CONJUNTO SALAS	0,90
	9 – LOJA	1,00
	10- GALERIA (LOJA)	1,00
	11- SOBRELOJA	0,50
	12- GALPÃO	0,60
	13 – GALPÃO ABERTO	0,30
	14- GALPÃO INDUSTRIAL	1,30
	15- ESTACIONAMENTO	0,50
	16- SUBSOLO	0,30
	17- ARQUITETURA ESPECIAL	2,00
	18- OUTROS	1,00
12.Acabamento Interno	1- SEM	0,20
	2- CAIAÇÃO	0,50
	3- PINTURA LÁTEX	1,00
	4- PINTURA ÓLEO	1,20
	5- CONCRETO APARENTE	1,40
	6- AZULEJO/CERÂMICA	1,20
	7- REVESTIMENTO LUXO	1,50
	8 – REVESTIMENTO ESPECIAL	2,00
13.Instalação Elétrica	1- SEM	0,10
	2- EMBUTIDA	1,00
	3- SEMI-EMBUTIDA	0,70
	4- APARENTE SIMPLES	0,25
	5- APARENTE LUXO	2,00

14.Instalação Sanitária	1- SEM	0,20
	2- INTERNA	1,00
	3- EXTERNA	0,50
	4- ESPECIAL	1,50
15.Piso	1- SEM	0,10
	2- TIJOLO	0,20
	3- CIMENTO	0,40
	4- CERÂMICA	1,00
	5- MADEIRA	1,30
	6- SINTÉTICO	1,10
	7- INDUSTRIAL	1,50
	8- MÁRMORE	1,50
	10- GRANITO	2,00
	11- ESPECIAL	2,00
16.Forro	1- SEM	0,10
	2- MADEIRA	1,00
	3- GESSO	0,50
	4- LAGE	1,20
	5- PVC	1,00
	6- ESPECIAL	2,00
17.Esquadrias	1 – SEM	0,10
	2- MADEIRA	1,00
	3- FERRO	1,20
	4- ALUMÍNIO	1,30
	5- MISTA	1,50
	6- ESPECIAL	2,00

TABELA III
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Atividades comerciais, industriais, serviços e congêneres, por metro quadrado de área ocupada,
conforme discriminação abaixo:

ITEM FAIXA	EM M ²	EM UFIR
01	De 00 a 20 m ²	10
03	De 21 a 50 m ² (por cada m ²), acrescido ao somatório do item 01	0,22
04	De 51 a 100 m ² (por cada m ²), Acrescido ao somatório do item 01	0,18
05	De 101 a 200 m ² (por cada m ²), acrescido ao somatório do item 01	0,14
07	De 201 a 300 m ² (por cada m ²), Acrescido ao somatório do item 01	0,10
10	De 301 m ² em diante, o somatório do item 01, acrescido por cada m ² (metro quadrado)	0,09

TABELA IV
ALVARÁS DE LICENÇAS DIVERSAS

Para construção, reforma, habite-se, avaliação, abate de animais, publicidade, diversões publicas, veículos automotores:

ITEM	NATUREZA	EM UFIR
01	Licença para construção de prédios na Zona Urbana (por m ² de área construída).	0,50
02	Licença para reforma de prédios em geral, na Zona Urbana (por m ² de área construída).	0,50
03	Licença para construção de prédio na sede do Distrito (por m ² de área construída).	0,25
04	Licença para construção de obras, relativas ao item 31 da Lista de Serviços do art. 42 desta Lei.	180
05	Licença para vistoria de prédio para avaliação e habite-se (por m ² de área).	04
06	Licença para publicidade afixada na parte externa dos estabelecimentos ou em logradouros destinados a esse fim (por m ²).	20
07	Licença para publicidade escrita ou por qualquer outro meio no interior ou exterior de veículos destinada a qualquer fim (por publicidade).	20
08	Licença para publicidade sonora em veículos destinado a qualquer finalidade (por dia).	10
09	Licença para instalação e permanência de circos ou parques de diversões, em locais destinados a esse fim (até o limite de vinte dias) Por cada dia excedente	50 5
10	Licença para abate de animais: Bovino ou assemelhado (por unidade) Suíno, caprino, ovino ou assemelhado (por unidade)	5 1
11	Licenciamento de veículos automotores: Caminhões Ônibus ou micro-ônibus Veículos de lotação Taxi Moto-taxi Mudança de categoria ou transferência de propriedade de veículo	-

Nota: 1 – As licenças relativas aos itens n^{os} 6 e 7, referem-se a cada duodécimos de utilização.

2 – As licenças enumeradas nos itens n^{os} 6 e 7, quando permanentes são obrigadas a renovarem a cada exercício.

TABELA V
TAXA DE EXPEDIENTE

ITEM	NATUREZA DO SERVIÇO	EM UFIR
01	Certidões de qualquer natureza, por folha.	06
02	Cópia, fotocópia de livros e documentos por qualquer processo, por folha.	04
03	Requerimentos e petições.	04
04	Busca de documentos, por folha.	2
05	Registro de terreno (por lote) nas áreas urbanas, urbanizáveis ou de expansão urbana.	01
06	Registro de marca de animais	10
07	Vistoria de prédios para avaliação e habite-se	04
08	Outros serviços especiais não incluídos nesta Tabela	3

TABELA VI

FÓRMULA DE CÁLCULO DA TAXA DE COLETA DE LIXO – TCL

UNIDADE IMOBILIÁRIA AUTÔNOMA EDIFICADA

FÓRMULA GERAL DA CÁLCULO:

$$TCL = Vm^3L \times ASU$$

ONDE:

TCL = Taxa de Coleta de Lixo
Vm³L = Valor do metro cúbico de lixo
ASU = Área servida da unidade

FÓRMULA PARA OBTENÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DO METRO CÚBICO DE LIXO

$$Vm^3L = \frac{\text{custo do serviço nos últimos 12 meses}}{\text{Áreas efetivamente servidas}}$$

ONDE:

Vm³L = Valor unitário do metro cúbico do lixo
Custo do serviço nos últimos 12 meses = Valor apurado pela prestação do serviço

Nos últimos 12 meses
Área efetivamente servida = soma das áreas edificadas

OBS.: Ao resultado final será aplicado o seguinte fator corretivo

$$Vm^3L = \frac{\text{custo do serviço nos últimos 12 meses}}{\sum \text{áreas efetivamente servidas}}$$